

**NÃO
AO AJUSTE
FISCAL**

PUCViva

Nº 962 - 14/9/2015

Jornal semanal da APROPUC e da AFAPUC



Nathalia Moraes

À esquerda Bia Abramides coordena a mesa do debate; à direita detalhe da platéia que lotou a sala 100

FRENTE DE ESQUERDA DEBATE AJUSTE FISCAL E FALÊNCIA DA “PÁTRIA EDUCADORA”

A Frente de Esquerda, formada por professores e estudantes da PUC-SP, organizou na quarta-feira, 9/9, o debate “O ajuste fiscal e a falência da Pátria Educadora - alternativas e perspectivas no campo da esquerda”. Comandado pela professora Beatriz Abramides, vice-presidente da APROPUC, o debate contou com falas de Lighia Brigitta Horodynski Matsushigue, tesoureira do ANDES-SN em São Paulo, João Zanetic, membro da ADUSP/IFUSP, Carlos Giannazi, professor e deputado estadual (PSOL), Simone Nascimento, pela Oposição de Esquerda da UNE, e Janaína Oliveira, pela ANEL.

O debate foi iniciado pela professora Bia, que apresentou a Frente de Esquerda, que está sendo construída de forma classista e unitária no campo de esquerda e tem por objetivo atuar conjuntamente dentro e fora da PUC: internamente pela democracia e autonomia universitária, contra a intervenção da Fundação, por melhores condições de ensino e trabalho, contra a mercantilização e elitização da universidade, contra a demissão dos funcionários e professores, ampliação de bolsas de estudos, por redução das mensalidades, contra a terceirização, contra o racismo, homofobia e qualquer forma de opres-

são de gênero, raça, etnia, pela livre orientação sexual. Do ponto de vista externo lutar contra a precarização do ensino e do trabalho nas universidades privadas e contra o ensino a distância, em defesa do recurso público para a universidade pública, apoio ao movimento grevista nas universidades federais, contra o ajuste fiscal do governo Dilma; lutar contra a redução da maioria penal, contra a Agenda Brasil que corta e retira ainda mais direitos dos trabalhadores e amplia a privatização, contra os decretos 664 e 665. Lutamos também contra a ofensiva de direita, do neoconservadorismo. A crise não pode recair sobre os trabalhadores e temos que nos organizar de forma autônoma e independente dos governos, do Estado e do patronato, oposição classista aos partidos da ordem do capital.

A primeira ação da Frente foi um ato Conjunto dia 02/09, de estudantes e professores das universidades privadas contra a privatização, demissão de professores e garantia de acesso e permanência dos estudantes.

Lighia, representando o ANDES-SN e o Comando de Greve dos Professores das Universidades Federais, relatou a situação atual das universidades em greve e fez um

apanhado histórico da educação no Brasil, elencando todos os cortes e desrespeitos que os funcionários do ensino público federal sofreram no governo que se declara parte da “Pátria Educadora”. Já Zanetic, professor e representante da ADUSP/IFUSP, apresentou uma análise sobre a educação no estado de São Paulo desde a Era Mario Covas, que promoveu ataques à educação técnica e tecnológica, principalmente às Fatecs e Etecs, além de mostrar que o PSDB, em 20 anos de governo no estado, promoveu o aumento do número de vagas tanto na graduação quanto pós-graduação nas três universidades estaduais – USP, Unesp e Unicamp –

mas manteve os recursos investidos pelo governo estadual exatamente como na gestão Covas. “No início da gestão Serra, no dia 1º de Janeiro, ele assinou decreto que interferia na autonomia universitária, o que gerou ocupação de reitoria e greve na Universidade de São Paulo. A recente greve foi importante para expressar a crise pela qual as universidades vêm passando nos últimos anos – apesar de significativas vitórias, não pudemos aumentar a captação de recursos para o ensino superior estadual.

Carlos Giannazi, deputado estadual e professor da rede pública,

continua na próxima página

**Reunião da
Frente de Esquerda
14/9
18h - Sede da APROPUC**

- Balanço da atividade do dia 9
- Ida à Marcha Nacional dos Trabalhadores dia 18
- Plenária Nacional Sindical e Popular no dia 19
- Próximas atividades da Frente de Esquerda

continuação da página anterior

colocou sua posição crítica ao governo federal, que em uma única canetada após a reeleição, onde usou o slogan "Brasil: Pátria Educadora" para determinar qual seria o foco de investimento de um segundo mandato, tirou mais de R\$10 bilhões do orçamento do Ministério da Educação. Giannazi também apontou a importância do tripé ensino, pesquisa e extensão para a questão da educação, já que não basta apenas colocar pessoas nas escolas e universidades.

As estudantes Simone Nascimento, da PUC-SP, e Janaína Oliveira, da UFPE, apontaram os

diversos problemas de programas como o ProUni e o Fies, que, apesar de aumentarem o acesso de estudantes sem recursos nas universidades particulares, ainda não garantem a permanência dos mesmos nos cursos, já que não garantem transporte, alimentação e outras necessidades, além de, no caso do segundo, afundar o estudante em dívidas que pagariam até mais que dois cursos caso o pagamento fosse a vista, graças às taxas de juros exorbitantes deste programa. Ambas chamaram atenção também ao fato de pessoas negras ainda serem imensa minoria nos cursos de universidades elitizadas como a PUC-SP, explicitando o racismo ainda imenso

num país onde mais de 50% da população se declara negra.

Após a fala dos debatedores, outros presentes contribuíram com falas sobre o tema. Ariane, representante da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) e Dora, do CRESS, leram o manifesto das entidades, que repudia a lógica mercantil no ensino brasileiro, incluindo a inserção do Ensino à Distância na matriz curricular, as demissões, a sobrecarga de trabalho aos professores, o descaso e os cortes que o ensino superior vem enfrentando, os baixos salários e outras dezenas de problemas que são enfrentados pelo sistema educacional atualmente.

Todos os presentes reforçaram a importância da presença de todos os professores e estudantes na Marcha Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras no dia 18/9, com concentração no Masp às 15h. O evento tem como objetivos a crítica tanto ao governo PT quanto a "oposição de mentirinha" do PMDB e PSDB, os ataques aos trabalhadores, que não devem pagar a conta da crise, estabilidade no emprego sem redução salarial, contra o ajuste fiscal, a Agenda Brasil, a corrupção e a redução da maioria penal, além de outras reivindicações. A Frente se reunirá no dia 14/9 para organização da PUC-SP para o ato.

Seminário debate os desafios da crise brasileira

Na última terça-feira, 8/9, o Programa de Estudos de Pós Graduação em Economia Política, Grupo de Pesquisa Desenvolvimento Econômico e Política Econômica (DEPE), Núcleo de Análise de Conjuntura Internacional (NACI), Núcleo de Estudos do Futuro (NEF), Grupo de Pesquisa Políticas para o Desenvolvimento Humano (PDH) organizaram o seminário "Desafios da Crise Brasileira".

A mesa foi mediada pela professora Regina Gadelha e contou com a participação dos professores e doutores Áquilas Nogueira Mendes, Rosa Maria Marques, Antônio Corrêa de Lacerda, Joaquim Carlos Racy, Ladislau Dowbor, Luiz Moraes de Niemeyer Neto e Norma Cristina Brasil Casseb. O seminário teve como objetivo refletir o contexto, dificuldades e motivos da crise econômica que enfraquece o modelo político não apenas do Brasil mas de toda a configuração internacional.

O professor Antônio Lacerda afirma que é preciso mudar o modelo atual, pois ele está esgotado devido aos ajustes fiscais que "são de péssima qualidade já que há o corte em benefícios sociais e, principalmente, investimentos e só aumenta as taxas de juros".

Em sua fala, a professora Dra. Norma explica que o Brasil traçou um trajeto complicado desde o Plano Real, pois pautou a industrialização na armadilha das altas taxas de juros e câmbio muito valoriza-

do. E mais, que "caminhamos no caminho inverso dos outros países emergentes devido a política de desindustrialização da economia brasileira e baixas taxas de investimentos".

"Temos que levar em conta alguns aspectos, como quando a Dilma faz o seu primeiro pronunciamento na ONU, em que ela reconhece o tamanho da crise, enquanto Lula dizia que era apenas uma marolinha. Outra coisa que temos de levar em conta é que não vem de agora o que estamos vivendo e se quer foi fruto do último governo de Dilma. Isso vem das quatro últimas eleições. Em consequência, há o acirramento da luta política dentro do país pela tomada de poder", afirma a professora Rosa Marques. Para ela, não podemos separar a crise econômica do contexto político e compreender que fazemos parte de um conjunto de diversas economias e políticas, sem a ilusão de que somente o Brasil vive essa crise.

O Professor Áquilas Mendes explicitou suas ideias e fundamentos de forma sucinta e clara. "É uma crise que se espalha do ponto de vista social, ambiental, econômico e político e há três tendências: queda da lucratividade do setor produtivo desde a década de 70, concentração e monopolização e agigantamento da acumulação financeira" e completa "Portanto, tem-se uma crise no sistema capitalista por inteiro e a nos-



TALITHA ARRUDA



Acima, da esq. para dir. Áquilas Nogueira Mendes, Norma Cristina Brasil Casseb, Rosa Maria Marques, Regina Gadelha, Joaquim Carlos Racy, Luiz Moraes de Niemeyer Neto; no destaque o público do evento

sar tarefa é deixar claro qual a proposta de enfrentamento da direita diante desse cenário e reconhecer o diagnóstico dessa crise".

Outro professor que contribuiu de forma grandiosa no debate foi Ladislau Dowbor ao se posicionar de forma a não procurar um culpado para a crise e sim entender o sistema para facilitar a compreensão de outras pessoas

acerca desse processo. Para ele, "os educadores têm o papel de comunicadores além de educadores".

Quando questionados sobre possíveis enfrentamentos dessa crise, todos os convidados não enxergam soluções claras para o momento atual, mas que o debate deve ocorrer sempre pois ainda são poucos os espaços acadêmicos que estão refletindo sobre a conjuntura.

PUCViva Publicação da Associação dos Professores da PUC-SP e da Associação dos Funcionários da PUC-SP.

Editor: Valdir Mengardo

Reportagem: Andressa Vilela, Marina D'Aquino e Anna Gabriela Coelho

Fotografia: Marina D'Aquino

Projeto Gráfico, Edição de Arte e

Editoração: Valdir Mengardo e Ana Lúcia Guimarães

Conselho Editorial: Maria Beatriz Abramides, João B. Teixeira, Hamilton Octavio de Souza e Victoria C. Weischardt

Apropuc: Rua Bartira 407 – CEP: 05009-000 – Fone: 3872-2685.

Afapuc: Rua Ministro Godoy 1055 - Fone: 3670-8208.

PUCViva: 3670-8208 – Correio Eletrônico: pucviva.jornal@uol.com.br – PUCViva na Internet: www.apropucsp.org.br

As matérias assinadas não expressam necessariamente as posições das entidades e da redação.

Pagamento dos 7,66% faz APROPUC recorrer ao Ministério Público

Abaixo reproduzimos na íntegra a petição enviada pela APROPUC ao Ministério Público solicitando revisão dos pagamentos repassados pelo Sinpro-SP aos professores da PUC-SP

Pedido de Análise emergencial

Acordo judicial - lesão a direitos trabalhistas e existência de interesse público

Excelentíssimo senhor doutor procurador do Ministério Público do Trabalho da 2a Reg. - São Paulo.

APROPUC, entidade sem fins lucrativos constituída em 1976, com sede na Rua Bartira, 407 - Perdizes, CEP 05009-000 (DOC 01), agindo em caráter excepcional na condição de **Denunciante**, representante de seus associados professores empregados da **Fundação São Paulo, mantenedora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo**, instituição de ensino estabelecida nesta Capital na Rua Monte Alegre, 984 - Perdizes - CEP 05014-001, inscrita no CNPJ/MF sob nº 60.990.751/0001-24, vem respeitosamente à presença de Vossa Excelência noticiar a possível lesão a **direitos trabalhistas dos professores associados da APROPUC**, decorrente do acordo judicial entabulado no processo trabalhista em epígrafe em que litigam **Sindicato dos Professores de São Paulo (Sinpro)**, estabelecida na Rua Borges Lagoa, 208 - Vila Clementino - CEP 04038-020, inscrito no CNPJ/MF sob o nº: 50.270.172/0001-53 e **Fundação São Paulo, - mantenedora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo**, instituição de ensino estabelecida nesta Capital na Rua Monte Alegre, 984 - Perdizes - CEP 05014-001, inscrita no CNPJ/MF sob nº 60.990.751/

0001-24, pelos motivos de fato e de direito a seguir aduzidos:

PREÂMBULO

Em apertada síntese, o **Sindicato dos Professores de São Paulo (Sinpro)** ajuizou ação trabalhista em face da **Fundação São Paulo (Fundasp)**, em 26/04/2010, requerendo o reajuste normativo de 7,66%, previsto na cláusula 3ª da Convenção Coletiva de Trabalho da categoria referente aos anos 2005/2006.

A ação tramitou até o Tribunal Superior do Trabalho até que em 28/5/2015 as partes chegaram a um consenso e noticiaram a celebração de acordo nos autos, que veio a ser homologado sem ressalvas pelo juízo da 76ª Vara do Trabalho de São Paulo em 22/6/2015.

Para pôr fim ao aludido Processo a Reclamada (Fundasp) assumiu o compromisso de pagar ao Reclamante (Sinpro), R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais), por meio de 120 (cento e vinte) parcelas mensais, ao longo de 10 (dez) anos.

Os pagamentos da Fundasp ao Sinpro foram iniciados em abril/2015, antes mesmo da decisão que homologou o acordo, e continuam sendo efetuados mensalmente, tal como originalmente ajustado pelas partes.

Importante frisar que a Denunciante, APROPUC, não pretende desconstruir o acordo homologado ou mesmo impugná-lo, pois para tanto precisaria valer-se de meios apropriados.

Na verdade, a Denunciante aquiesceu com os termos do acordo firmado para o pagamento parcelado da dívida da Universidade com os professores, acumulada desde 2005, e considera-o **uma vitória dos docentes da PUC-SP**, que finalmente receberão diferenças a que faziam jus há mais de 10 (dez) anos, tanto no que se refere ao acumulado devi-

damente corrigido, quanto em relação à incorporação do índice de 7,66% aos salários atuais.

O que a Denunciante espera é que o assinalado acordo seja integralmente cumprido, tal como fora noticiado nos autos.

É exatamente este o ponto que justifica a presente denúncia e o pedido de intervenção desta Procuradoria.

SÍNTESE DA QUESTÃO

Na petição que requereu o acordo a Reclamada (Fundasp) assumiu o compromisso de pagar ao Reclamante (Sinpro) o total de R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais, conforme critérios fixados no item 1.1.1 da peça (Doc. 02).

Na referida petição ficou estipulado o seguinte: **"(...) será de única e exclusiva responsabilidade da reclamada o pagamento de todos os eventuais impostos, taxas e contribuições porventura incidentes sobre o acordo"** (grifamos e negritamos).

O texto prossegue especificando que **"(...) a reclamada recolherá, sob sua responsabilidade única e exclusiva, eventuais encargos previdenciários e fiscais incidentes sobre o montante objeto do acordo, sempre relativos aos trabalhadores, uma vez que a reclamada é isenta de recolhimentos previdenciários nos termos da lei de isenção das entidades filantrópicas"** (grifamos e negritamos).

Nota-se que a redação é absolutamente clara **ao atribuir à Reclamada e não ao Reclamante (substituto Processual), a responsabilidade de reter e recolher a contribuição previdenciária (INSS) eventualmente devido pelos professores favorecidos pelo acordo.**

Por conseguinte, gerou-se nos mais de 1000 (mil) professores substituídos, e diretamente fa-

vorecidos pelo retro assinalado **acordo a justa e compreensível expectativa de que receberiam os valores integrais a eles destinados, sem retenções ou descontos de qualquer natureza.**

Contudo, não é o que vem ocorrendo desde que os pagamentos se iniciaram, em abril/2015.

O Reclamante (Sinpro), que atuou na lide representando os docentes na condição de substituto processual, apoia-se em uma planilha anexa à petição que noticiou o acordo (Doc. 03) **para justificar a retenção de parte dos valores destinados aos professores.**

No entender do Sindicato-autor o valor retido dos pagamentos corresponde ao INSS devido pelos professores favorecidos.

Contudo, de acordo com a petição que materializou o ajuste entabulado pelas partes a **responsabilidade pelo recolhimento dos encargos previdenciários incidentes, tanto os devidos pela reclamada quanto pelos reclamantes seria suportado exclusivamente pela Reclamada e não pelo Reclamante.**

Logo, ao invés de repassar integralmente os R\$ 30 milhões que lhe serão pagos pela Reclamada, o Sindicato-auto pretende transferir para os professores favorecidos apenas R\$ 28.458.275,14. A diferença, de R\$ 1.541.724,86, está sendo descontada e retida pelo Sindicato-autor sob a alegação de que destinada ao recolhimento do INSS devido pelos professores.

Alguns professores associados à Denunciante já detectaram a divergência entre o que aparece na petição do acordo e na planilha a ela acostada, e buscaram esclarecimentos junto ao Sindicato-autor, questionando o valor des-

continua na próxima página

continuação da página anterior

tinado a si, e receberam a informação de que tal diferença refere-se ao INSS descontado.

Veja, Excelentíssimo Procurador do Trabalho, a petição do acordo atribuiu exclusivamente à Fundação São Paulo (reclamada) o dever de efetuar o recolhimento de todas as contribuições previdenciárias incidentes sobre o acordo, incluindo a parcela relativa ao INSS dos trabalhadores (parte final do item 2.3 da referida peça).

Ora, se na petição do acordo judicial ficou definido caber à reclamada os recolhimentos previdenciários (INSS), não há justificativa fática ou jurídica para o Reclamante (substituto processual) realizar o repasse dos valores destinados aos professores retendo/descontado qualquer quantia a título de contribuição previdenciária (INSS), ainda que correspondente à cota parte dos trabalhadores.

Convém destacar que a Denunciante procurou o Sindicato-Autor para elucidar este e outros importantes pontos envolvidos no acordo, não obtendo esclarecimentos satisfatórios.

Diante desse quadro e da inexistência de uma resposta satisfatória indicando o destino exato que pretende o Sindicato-autor dar a esta elevada quantia retida dos pagamentos efetuados pela reclamada - que a Denunciante acredita pertencer aos professores favorecidos pelo Acordo - foi apresentada petição nos autos da reclamação trabalhista em destaque (Processo 0000925-34.2010.5.02.0076), alertando o Juízo monocrático acerca deste e de outros importantes pontos do acordo (Doc. 04).

Contudo, a medida se mostrou inócua, uma vez que apresentada após a homologação do acordo, que ocorreu enquanto o judiciário trabalhista encontrava-se paralisado (em greve), impossibilitando o acesso regular aos autos em Secretaria.

Enfim, é dentro desse contexto e dos parâmetros acima expostos que a Denunciante APRO-PUC, apoiada no rol das competências atribuídas ao Ministério

Público do Trabalho, notadamente a que o autoriza a **intervir em qualquer fase do processo trabalhista quando existente interesse público que justifique tal medida**, requer seja instaurada investigação visando apurar a ocorrência de eventual lesão a direito individual homogêneo dos favorecidos pelo assinalado acordo, consubstanciada no repasse aparentemente não integral do valor a eles destinado.

DO CABIMENTO DA INTERVENÇÃO DO MP DO TRABALHO

A requerida intervenção do Ministério Público do Trabalho neste caso se mostra cabível pelo fato dos direitos aparentemente violados situarem-se no plano meta-individual, isto é, no âmbito da esfera de interesses coletivos e/ou individuais homogêneos dos professores afetados, conforme previsto no artigo 127, da Constituição Federal.

"Art. 127: O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático de direito e dos interesses sociais e individuais indisponíveis."

Como ramo do Ministério Público da União, com atuação especializada, o Ministério Público do Trabalho exerce suas atribuições judiciais perante a Justiça do Trabalho.

A atuação poderá ser como órgão interveniente, na condição de fiscal da lei ou como órgão agente, nos termos do artigo 83, II, da LC 75/93.

"Art. 83. Compete ao Ministério Público do Trabalho o exercício das seguintes atribuições junto aos órgãos da Justiça do Trabalho:

II - manifestar-se em qualquer fase do processo trabalhista, acolhendo solicitação do juiz ou por sua iniciativa, quando entender existente interesse público que justifique a intervenção;"

No caso vertente, trata-se de aparente violação a direito individual homogêneo, por se tratar de uma coletividade determinada, individualizável e identificável, unida por intermédio de uma relação

jurídica comum, qual seja, a celebração de um acordo judicial.

Os direitos individuais homogêneos, também chamados "**direitos acidentalmente coletivos**" por José Carlos Barbosa Moreira, são aqueles que decorrem de uma origem comum, possuem transindividualidade instrumental ou artificial, os seus titulares são pessoas determinadas e o seu objeto é divisível e admite reparabilidade direta, ou seja, fruição e recomposição individual.

Os renomados doutrinadores Nelson Nery Júnior e Rosa Maria de Andrade Nery conceituaram os direitos individuais homogêneos como:

"(...) direitos individuais cujo titular é perfeitamente identificável e cujo objeto é divisível e cindível. O que caracteriza um direito individual comum como homogêneo é a sua origem comum. A grande novidade trazida pelo CDC no particular foi permitir que esses direitos individuais pudessem ser defendidos coletivamente em juízo. Não se trata de pluralidade subjetiva de demanda (litisconsórcio), mas de uma única demanda, coletiva, objetivando a tutela dos titulares dos direitos individuais homogêneos. A ação coletiva para a defesa de direitos individuais homogêneos é, grosso modo, a **class action brasileira.**"

O tratamento especial conferido aos direitos individuais homogêneos tem razões pragmáticas, objetivando-se unir várias demandas individuais em uma única coletiva, por razões de facilitação do acesso à justiça e priorização da eficiência e da economia processuais.

Nesse particular, é conveniente lembrar que durante o prazo estabelecido para o cumprimento do questionado acordo judicial, que é (10) dez anos, mais de 1.000 (mil) professores serão favorecidos com os pagamentos alvo desta denúncia, ou seja, uma quantidade extremamente relevante de trabalhadores ameaçados de terem seus direitos violados.

Em suma, no entender da Denunciante, ao reter os aludidos valores, ainda que sob o pretexto apresentado, o Sindicato-autor age além de suas prerrogativas de substituto processual, uma vez que não lhe foi confiada tal atribuição,

tampouco estipulada tal incumbência na decisão que homologou referido acordo

Com efeito, a Denunciante espera que a intervenção do Ministério Público do Trabalho esclareça: sendo de responsabilidade da reclamada o recolhimento do INSS incidente sobre as parcelas salariais pactuadas, conforme já salientado, qual a destinação exata que o SINPRO deu aos valores já retidos dos professores sob tal rubrica? e qual destinação pretende dar aos valores que ainda receberá sob o mesmo pretexto? descontados (retidos conforme referida na planilha) a título de INSS dos pagamentos efetuados a cada favorecido?

Caso venha a ser apurada alguma irregularidade resultante da retenção aparentemente indevida dos valores acima indicados, requer a esta Procuradoria Regional do Trabalho que adote as medidas de tutela jurisdicional coletiva cabíveis, destinadas à reparação dos danos transindividuais eventualmente causados ao extenso grupo de professores atingidos/envolvidos.

CONCLUSÃO

A Denunciante requer que o Ministério Público do Trabalho, no uso de suas atribuições, e como legítimo defensor dos direitos difusos, coletivos ou individuais homogêneos, adote as medidas que julgar apropriadas para apurar a presente denúncia, reveladoras de aparente grave lesão a direitos meta-individuais de um amplo, porém identificável e determinável grupo de professores, unidos por uma situação jurídica comum, consubstanciada no acordo firmado nos autos da reclamação trabalhista noticiada nesta denúncia.

É o que a Denunciante requer não sem antes se colocar à disposição, por intermédio de seus Diretores, para prestar os esclarecimentos pessoais complementares que se fizerem necessários, termos em que, pede e aguarda deferimento.

São Paulo, 3/09/2015

Alexandre Cesar Faria
OAB-SP 144.895
Depto. Jurídico APROPUC

MOVIMENTOS SOCIAIS

Profissionais ligados ao trabalho lançam manifesto acerca da crise

Profissionais ligados ao trabalho no Brasil (professores universitários, advogados, juízes, procuradores, auditores fiscais, medicina do trabalho, técnico de segurança do trabalho e estudantes de graduação e pós-graduação em direito) escreveram e divulgaram um manifesto, pelo qual recusam a ideia de que a crise econômica seja usada como justificativa para a redução de direitos trabalhistas. Afinal, a esse resultado não se chega sem negar vigência à Constituição Federal, provocando grave crise institucional e pondo em sério risco a democracia.

Em janeiro de 2009, durante a crise de 2008, este mesmo grupo publicou o Manifesto "Contra Oportunismos e em Defesa do Direito Social", para rechaçar a ideia de que a crise econômica justificava a redução de direitos trabalhistas. Os argumen-

tos expostos naquele documento são aplicáveis ao presente momento em que, mais uma vez na história brasileira, o setor econômico, sobretudo o ligado ao capital estrangeiro, tem acumulado lucros exorbitantes ao longo dos tempos.

Agora, o manifesto se coloca contrário à Agenda Brasil, que fragiliza seriamente os direitos trabalhistas, em afronta direta às normas sociais constitucionais e ao ajuste fiscal, e defende, segundo a Constituição, a construção de uma sociedade livre, justa e solidária; o desenvolvimento nacional; a erradicação da pobreza e redução das desigualdades sociais e regionais e promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Defende-se também

que a economia deve pautar-se pelos ditames da justiça social, além da garantia à educação, à saúde, à alimentação, ao trabalho, à moradia, ao lazer, à segurança, à previdência social, à proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, e todos direitos garantidos pela Constituição.

"Fato é que a crise econômica não pode ser utilizada como justificativa para negar vigência à Constituição Federal, notadamente no que se refere à essencialidade dos direitos sociais e trabalhistas, também porque isso daria ensejo a uma grave crise institucional, que, no momento presente, traz sério risco à democracia. A defesa e a busca da eficácia dos direitos sociais representam, portanto, a pauta fundamental para a própria garantia da preservação do Estado Democrático de Direito Social", conclui o manifesto.

Greve de docentes federais permanece forte

A greve dos docentes e servidores federais ultrapassou os 100 dias e ainda segue sem resposta efetiva do governo federal às pautas reivindicadas. A paralisação conta com a adesão de 50 seções sindicais.

Apesar da dificuldade em negociação com o Ministério da Educação, o movimento vem conseguindo, através de grande pressão, avançar nas pautas locais em diálogo com os reitores em algumas Institutos de Formação e Educação (IFE).

Desde agosto, os comandos locais de greve vêm intensificando as ações junto às reitorias para cobrar a abertura das contas das instituições com o intuito de identificar o impacto dos cortes no orçamento da Educação Federal, que já ultrapassam R\$ 11 bilhões.

USP receberá ato em defesa dos refugiados

No dia 25/9, às 18h, no Largo São Francisco (USP), acontecerá um ato em defesa aos refugiados da África e do Oriente Médio na Europa, colocando em pauta a temática: "Basta de mortes. Que o Brasil também acolha refugiados, garantindo suas condições de transporte" e "Contra toda discriminação aos imigrantes haitianos e bolivianos".

Segundo os organizadores do ato o objetivo principal do evento será pressionar o governo brasileiro para sair de sua indiferença em re-

lação ao problema dos refugiados.

O Brasil acolheu até agora apenas 2.077 sírios, um número menor que outros países da Europa.

O protesto contará com a coordenação do professor do Departamento de História da USP Osvaldo Coggiola e com a participação de professores como José Arbex Jr., Lúcio Flávio Rodrigues e Salem Nasser, assim como do Secretário de Direitos Humanos de São Paulo Eduardo Suplicy, além de outros nomes.

Evento promove integração entre brasileiros e refugiados

No último sábado, 12/9, São Paulo recebeu as "Jornadas de Yarmouk", um ciclo de atividades com roda de conversa, filme e debates sobre situação dos refugiados sírios e palestinos e sua chegada ao Brasil.

Organizado pelo Movimento Terra Livre, Movimento Palestina para Tod@s e a Editora Auto-

nomia Literária, a atividade discutiu sobre questões centrais da atualidade, que afetam diretamente os refugiados recém chegados ao Brasil e que são abordadas de forma muito superficial e enviesada nos noticiários. Procurou-se também promover a integração entre os refugiados palestinos e a sociedade brasileira.

ROLA NA RAMPA

AFAPUC envia à Reitoria decisão de prorrogação do mandato de conselheiros

A AFAPUC comunicou à Reitoria a decisão, aprovada na assembleia realizada no dia 3 de setembro, para que seja prorrogado o mandato dos atuais funcionários eleitos para os conselhos superiores por mais 30 dias úteis, até que um novo pleito seja realizado. Na assembleia foi aprovado

o nome do funcionário Ronaldo Martins, da Central de Estágios para presidir a Comissão Eleitoral que elaborará as normas do pleito. Ronaldo deverá indicar nos próximos dias os outros membros que comporão a Comissão, bem como uma calendário para a realização das eleições.

Os funcionários têm representação no Conselho Universitário (Consun), Conselho, Conselho de Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (Conplad), Conselho de Cultura e Relações Comunitárias (Ceccom). Além disso os funcionários administrativos têm assento nas câmaras e Con-

selhos de Faculdade. A assembleia deliberou também que as eleições para os conselhos superiores deverão acontecer por chapas, como vem ocorrendo até agora. Já asincrições para as câmaras setoriais e os conselhos de faculdade poderão ser feitas individualmente.



50 anos do TUCA lembrados em exposição

O Museu da Cultura, em parceria com o Núcleo de Sociabilidade Libertária (Nu-Sol), homenageia os 50 anos da história artística e política do Teatro da Universidade Católica de São Paulo (TUCA), expondo memórias, acontecimentos e pronunciamentos sobre a importância do teatro no país, principalmente na época da Ditadura Civil-Militar, quando foi alvo de dois incêndios criminosos, até hoje registrados em suas paredes

não reformadas. O TUCA é até hoje o espaço de coragem diante dos temores, das inquietações frente a acomodações e consolida o estilo PUC-SP de realçar suas tradições em defesa da liberdade e de inventar existências inquietantes. A exposição teve início em 25/8 e se estenderá até o dia 9/10, e fica aberta entre 10h e 19h a todos os interessados. No dia 25, houve a abertura oficial da exposição, às 19h30.

PUC-SP será representada no 12º Fórum FGV-EESP em Economia

Entre os dias 14 e 15/9, na Fundação Getúlio Vargas, acontecerá o 12º Fórum Coordenado pela Escola de Economia de São Paulo da FGV, em parceria com a Fiesp, Iedi e Dieese. Com o tema "Competitividade e crescimento", a PUC-SP marcará presença no even-

to com a participação da Profa. Dra. Anita Kon, do programa de pós-graduação em Economia Política. O evento debaterá os desafios que a economia brasileira vem enfrentando na integração competitiva nos mercados globais, e é aberto ao público geral.

Professora portuguesa debate relações de trabalho pós-crise

A professora Raquel Varella, historiadora marxista autora de grandes obras e artigos da Universidade Nova de Lisboa, Portugal, é convidada da conferência "Seguridade Social e Reconfiguração das Relações de Trabalho Pós-Crise de

2008", no dia 17/9, às 19h. O debate é promovido pelo Núcleo de Estudos e Pesquisa em Aprofundamento Marxista (Neam), Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social – PUC-SP e Curso de Graduação em Serviço Social – PUC-SP

Economia Política promove debate sobre a crise na Grécia

No dia 14/9, às 11h30, na sala 137, acontece a terceira reunião do semestre do Grupo de Pesquisa "Política para o Desenvolvimento Humano". Desta vez, o tema do debate será "Crise na Grécia no contexto do capitalismo fi-

nanceirizado: uma leitura de Costas Lapavistas", com Edson Mendonça da Silva. As reuniões do grupo são organizadas pelo Programa de Estudos Pós-graduados em Economia Política e Departamento de Economia.

Exposição "Super-Ação II" na Biblioteca Central

Até o dia 30/9 será possível conferir a segunda edição da exposição "Super-Ação", no saguão da Biblioteca Central, Perdizes. Desta vez, as obras virão dos artistas Fabrício Cavalcante (nanquim sobre papel), Rocha (óleo sobre tela), Sirlene Caixeta (óleo sobre tela e bordados), Carla Autico (óleo sobre tela), Margarida (artes com reciclados), Monica Gaspar (artesanato em madei-

ra), Patricia Rodrigues (artes, crochet, tapetes e bonecos), Edneia (artesanato em tecidos e vasos) e Augustinho das Neves (marchetaria, restauro e acrílico sobre papel). A produção do evento é de Augustinho das Neves, com curadoria também do artista e de Fernando Tadeu (PUC-SP) e colaboração de Luís Carlos "Bili" (APROPUC), com realização da PUC-SP e da APROPUC.